

Dominação social na Modernidade e na *Supermodernidade*

Autoria: Simone Meucci

Pretendemos apresentar algumas reflexões sobre as relações de dominação no mundo contemporâneo a partir da teoria sociológica de Georg Simmel (1858-1918). A comunicação compreenderá três partes: na primeira, sintetizaremos os fundamentos da teoria elaborada por Simmel e sua repercussão sobre o pensamento sociológico. Em seguida, demonstraremos sua contribuição teórica para a compreensão do fenômeno da dominação na sociedade moderna. Por fim, demonstraremos que as reflexões de Simmel são valiosas para análise das formas contemporâneas de dominação, especialmente aquelas que se manifestam na rotinização do termo ‘*colaboradores de empresa*’ e nas ações de *endomarketing*. No conjunto, o trabalho que será apresentado dedica-se a testar o potencial analítico da teoria em questão. As reflexões fecundam questões e hipóteses para iniciar um plano de pesquisa empírica que deverá ser desenvolvido futuramente.

Introdução

Uma das ambições mais gerais desta apresentação é ressaltar a importância da teoria social clássica para o entendimento relações de dominação no mundo corporativo. É conhecida a contribuição da sociologia para os estudos organizacionais: autores como Weber, Bourdieu, Parsons e Giddens são frequentemente citados em estudos relacionados à área. Não obstante, acreditamos que a ampliação do leque de autores e do repertório de conceitos sociológicos permitirá a aquisição de ferramentas analíticas cada vez mais sofisticadas. Este é um desafio crucial num momento em que assistimos, de um lado, à expansão das pesquisas acadêmicas na área de administração, e de outro, a enorme complexificação das estruturas e das relações corporativas.

Ao destacar a importância da reflexão sociológica, esperamos demonstrar que as formas de dominação que se exercem no âmbito das organizações empresariais estão indissociavelmente ligadas a um determinado padrão de relação societária a partir do qual os agentes dão sentido à sua ação. Nesta perspectiva, compreendemos que o entendimento dos vínculos organizacionais é mais profundo quando referido ao contexto social mais amplo.

Por isso, nas páginas que se seguem, trazemos uma análise que não se restringe ao universo empresarial tão simplesmente. Ao contrário, procuramos, inspirados em Simmel, demonstrar que há uma forma de dominação que surgiu na modernidade e que atualmente se aprofunda e se espregueia em muitas dimensões da vida social - até mesmo no plano religioso. Esta forma de dominação parece, não obstante, se revelar de modo paradigmático nas grandes corporações, instituições típicas do período contemporâneo.

Além disso, a proposição de pesquisa que se esboça a partir deste trabalho tem a pretensão de recuperar, no campo dos estudos organizacionais, uma perspectiva de análise que privilegia o foco na construção contínua dos vínculos de reciprocidade entre as instituições e seus agentes. E Simmel, pelos argumentos que demonstraremos ao longo deste trabalho, nos parece um autor fundamental para este esforço.

O legado sociológico de Simmel

Ao analisar as idéias de determinado autor consideramos necessária a identificação das condições sociais nas quais ocorreu sua produção intelectual. Por isso, ainda que de modo bem sucinto, esboçaremos a característica do ambiente no qual surgiu a produção teórica de Simmel. Identificaremos também a repercussão de suas idéias. Deste modo, esperamos compreender melhor o sentido de sua teoria e suas potencialidades analíticas.

Filho de uma família de comerciantes alemães, Simmel nasceu em 1858. Viveu grande parte da vida em Berlim, onde realizou estudos de História e Filosofia na Universidade. Foi espectador de um dos mais notáveis fenômenos urbanos da época: basta ver que a cidade de Berlim passou de trezentos mil habitantes em 1850 para cerca de um milhão e novecentos mil na entrada do século XX.

Nesse sentido, Simmel gozou de uma experiência urbana singular, numa das maiores e mais cosmopolitas cidades européias da época. Viveu ali um período agitado por debates intelectuais nos quais se discutia o futuro das ciências, das artes, da literatura e as mudanças vertiginosas decorrentes da industrialização e da formação do Estado Nacional alemão sob o poderio militar da Prússia.

Berlim teria marcado indelevelmente as reflexões de Simmel. Pode-se, pois, dizer que o ambiente cosmopolita estimulou seu pensamento. (STECHEER, 1995) Seus textos, de fato, atestam isto ao conter reflexões sobre a vida mental e os personagens no contexto urbano, sobre as formas de sociabilidade típicas do mundo moderno (a solidão em meio à multidão, o anonimato, a aventura), sobre o lugar do dinheiro nas relações sociais. Simmel esteve sempre preocupado com as formas modernas de relação social e parecia considerar a cidade o ambiente mais típico da modernidade.

Simmel foi contemporâneo de Max Weber (1864-1920). Ambos pertenciam ao círculo dos grandes intelectuais alemães da época. Algumas biografias dão conta que Simmel era *habitué* dos saraus promovidos na casa da família Weber. Foi, ao lado de Weber, um dos responsáveis pelo surgimento da sociologia na Alemanha.

Rigorosamente, Simmel é considerado fundador de uma abordagem compreensiva da vida social cujo maior representante conhecido entre nós é Max Weber. Trata-se de uma abordagem sociológica que hoje compõe o patrimônio teórico canônico da ciência social ao lado da perspectiva marxista, funcionalista e estruturalista, para citar apenas as mais notáveis. Havia, no cenário intelectual alemão condições para a emergência deste tipo de abordagem. (COHN, 2003)

Entre suas principais obras podemos citar *A filosofia do dinheiro* e *Sociologia*, ambos escritos no final do século XIX. Seu estilo narrativo é quase literário. Em seus textos, elabora metáforas, compõe imagens e personagens típicos: recursos que lhe permitem explorar os meandros da vida social com maior densidade.

Para Simmel, a sociologia é uma ciência que se dedica à compreensão dos *processos de interação* entre os indivíduos. De acordo com sua perspectiva, o objeto da sociologia não é a sociedade nem nenhuma totalidade dela derivada, mas as *relações sociais* propriamente ditas. No entender de Simmel, inexiste uma *consciência coletiva*, como também inexiste uma *estrutura social* subjacente às ações individuais. Segundo sua abordagem, a vida social é um acontecer contínuo composto por inúmeros atos simultâneos que celebram laços de associação ou dissociação entre indivíduos. Tais laços são feitos e desfeitos incessantemente de acordo com as influências recíprocas. (SIMMEL, 2006: 18)

Impossível não notar que estas observações de Simmel, dedicadas a focar o olhar sociológico sobre a compreensão da ação dos indivíduos e suas influências recíprocas, estão muito próximas daquelas definições que Weber formulou em seguida acerca do que, no seu entender, constituiria o verdadeiro objeto da sociologia: as ações individuais situadas num universo de relações sociais onde se constituem influências recíprocas. (WEBER, 1982)

Com efeito, a perspectiva de Simmel - a qual se alinha Weber - representou um dos primeiros contrapontos às representações organicistas da sociedade. Estabeleceu-se, nesse sentido, um debate interessante entre Simmel e Durkheim na *Revue Internationale de Sociologie* sobre questões teórico-metodológicas. (CUVILLIER, 1953) Em lugar do termo sociedade, Simmel prefere o termo *socialização*, palavra com a qual procura nomear a natureza processual da constituição intermitente dos vínculos sociais. (SIMMEL, 1986)

Importante observar que Simmel compreende que a característica fundamental da relação social é a interação. Só há, pois, interação se todos os agentes envolvidos na ação forem ativos e se influenciarem reciprocamente. A reciprocidade é que define a natureza social da relação.

Afirmar a natureza recíproca das relações sociais tem duas implicações: em primeiro lugar, conduz ao reconhecimento de que o cientista deve compreender as ações sociais sob o ponto de vista da relação que se estabelece entre seus agentes. Segundo esta abordagem, os sociólogos devem estar atentos aos processos moleculares de interação que ocorrem na vida social: as provocações e reações recíprocas que se espreitam nos gestos minúsculos. O sociólogo deve decifrar o sentido das ações, seus significados e as reações que provocam.

A segunda implicação que está contida na noção de reciprocidade diz respeito ao fato de que há uma circularidade nas ações sociais. Ou seja, para Simmel, a vida social é como um processo ilimitado e intermitente que impossibilita separar causas de efeitos: ambos se misturam e se embaralham no fluxo da vida social. Esta visão demarca uma abordagem que rejeita uma perspectiva linear.

Diante da constatação de Simmel de que a vida social é constituída por processos de interação social, cabe então uma indagação: como é possível à ciência apreender o fluxo intermitente de experiências humanas?

Para Simmel, a apreensão empírica da vida social é tensa, porém possível. A vida social é, para ele, dotada de mistério, mas também de concretude. Os processos intermitentes de interação social podem ser apreendidos pelo pesquisador a partir do estudo das *formas sociais* fundamentais. Isso quer dizer que o sociólogo deve estar atento ao modo como se manifestam a *superordenação*, a *subordinação*, a *competição*, o *conflito*, a *cooperação* e a *associação* entre os indivíduos de um dado contexto. Estas são as *formas* essenciais a partir das quais os indivíduos se relacionam socialmente. Ao sociólogo cabe a tarefa de decifrar as condições e os sentidos destas formas de interação social em cada época e em cada lugar.

Para Simmel, o decisivo acerca da natureza das formas de interação social freqüentemente se expressa na experiência banal. Manifestações lúdicas de sociabilidade, conversas rotineiras e pequenas expressões ou gestos são reveladores dos modos de interação predominantemente típicos numa certa configuração social.

Simmel exerceu forte influência sobre a sociologia americana. Sobretudo a partir da década de 10 sua obra se firmou nos Estados Unidos como uma das referências sociológicas mais importantes da universidade de Chicago, um dos mais importantes centros de estudos da disciplina no país. Talvez o principal irradiador das idéias de Simmel na Escola de Chicago foi o sociólogo Robert Park, aluno de Simmel na Alemanha durante seus estudos de pós-graduação. Possivelmente, o enfoque microssociológico e a acurada visão dos efeitos da modernidade sobre a sociabilidade humana de Simmel foram considerados fecundos para a compreensão dos fenômenos urbanos naquele contexto cosmopolita.

Com efeito, entre as décadas de 10 e 30, houve muitas traduções dos textos de Simmel no *American Journal of Sociology*. Além disso observa-se a presença de grande número de trechos selecionados do sociólogo alemão no manual de Park e Burgess, um dos livros didáticos da disciplina com maior penetração no mundo todo. (WAIZBORT, 2007)

No Brasil, a circulação das idéias de Simmel foi mais ou menos restrita. De todo modo, esteve presente desde os primórdios da institucionalização das Ciências Sociais entre nós. (VILLAS BÔAS, 2006; WAIZBORT, 2007) Exerceu influência (que, aliás, está ainda por ser avaliada) sobre os autores brasileiros Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre.

Sérgio Buarque de Holanda viveu em Berlim no final dos anos 20, ocasião em que tivera atividades acadêmicas que certamente o colocaram em contato com obras de Simmel. Isso se confirma quando verificamos que, na sua obra clássica *Raízes do Brasil*, empreendeu um esforço para composição de tipos sociais que se assemelham à abordagem de Simmel.

Gilberto Freyre - possivelmente por meio de leituras diretas ou indiretas realizadas durante seus estudos de graduação e pós-graduação nos Estados Unidos - foi iniciado em alguns conceitos importantes de Simmel cuja ressonância é visível em obras como *Sobrados e Mucambos* e *Sociologia: uma introdução aos seus princípios*. (WAIZBORT, 2007) Possivelmente a partir das noções de Simmel, Freyre constata que houve, no Brasil uma forma patriarcal de dominação. O patriarcalismo é aqui, segundo Freyre, a *forma sociológica* fundamental que teria marcado a nossa cultura e a nossa sociedade como ferro em brasa.

Em Freyre, também se entrevê uma influência de Simmel na atenção dada a fontes até então consideradas inusitadas para recompor as relações sociais de uma determinada época (tais como os hábitos de toucador, as receitas de bolo, os diários íntimos e os recortes de jornais).

A propósito, a despeito de uma possível fonte teórica comum, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre debateram acerca do tema durante os anos 50. Houve, pois, um confronto sobre as interpretações e usos metodológicos possíveis da obra de Simmel no pensamento social brasileiro. (MEUCCI, 2006: 295)

Atualmente, a abordagem de Simmel se entrevê na microsociologia de Goffmann, e na fenomenologia de Schultz, por exemplo. Além disso, a leitura dos originais da sua obra tem sido retomada no mundo inteiro. Suas considerações sobre a modernidade e o pressuposto metodológico de que a vida social é composta por um fluxo intermitente de interações são agora consideradas ferramentas valiosas para a compreensão dos vínculos sociais fluidos, incessantemente feitos e desfeitos, do mundo contemporâneo. A rigor, a teoria de Simmel representa uma consciência científica da modernidade e suas noções acerca da interação social permitem refletir acerca de ambientes altamente complexos. Por isso, possivelmente, tem-se atualmente recorrido com muita frequência à sua obra.

A temática da dominação no pensamento sociológico alemão

Muitas das reflexões de Simmel estão contidas na obra de Weber. Como se sabe, Weber é um dos autores da sociologia mais rotinizados na área de administração. É reconhecido como um dos teóricos que nos ajuda a pensar a natureza da dominação burocrática na sociedade moderna. Consideramos, pois, que esta discussão de Weber sobre as formas particulares que assumem as relações de mando e submissão na sociedade moderna é tributária das idéias de Simmel que procuraremos sistematizar.

A rigor, pode-se afirmar que o problema das condições de dominação social sempre foi uma questão sociológica *par excellence*. Não obstante, este tema se constituiu como um desafio intelectual particular na Alemanha a partir da segunda metade do século XIX, quando houve uma transição tardia das formas tradicionais de dominação patriarcal para as formas burocráticas de dominação. A decadência da aristocracia rural tradicional, o desenvolvimento do trabalho assalariado e a constituição da ossatura institucional do Estado burocrático alemão foram processos que desafiavam uma reflexão sistemática sobre os fundamentos da dominação social naquele contexto.

Diante da industrialização e da unificação nacional tardia, as diferenças entre formas tradicionais e as formas modernas de dominação se tornaram dramaticamente evidentes na Alemanha. O contraste dos laços de dependência patriarcal com o tipo de vínculo impessoal do cidadão ao Estado burocrático e com a relação contratual do trabalhador livre à sua empresa assumia ali contornos nítidos. Tão nítidos quanto os traços puros e ácidos representados nas telas dos pintores alemães expressionistas que surgiram na mesma época. Pode ser, talvez, que a visualidade dramática dos expressionistas tivesse encontrado manifestação equivalente na sociologia. Ainda que a narrativa sociológica estivesse purgada pela verve ensaística de Simmel ou pela objetividade de Weber, o esforço interpretativo de

ambos era também demarcar com nitidez e acidez os contrastes entre as formas de dominação tradicionais e as modernas.

Isso nos faz pensar que no contexto alemão, dada a dramaticidade e a densidade do processo histórico (que os acontecimentos da Primeira e da Segunda Guerra viriam confirmar), os temas relativos ao exercício da autoridade e subordinação eram absolutamente obrigatórios na pauta de questões sociológicas. Daí a fecundidade das obras de Simmel e Weber neste tema.

A reciprocidade nas relações de dominação social

A particularidade da discussão de Simmel acerca das relações de dominação social consiste no reconhecimento de que há sempre reciprocidade entre aqueles que ordenam e aqueles que se submetem à ordem. Para ele, a reciprocidade torna-se a condição *sine qua non* para o exercício da autoridade.

Aqui se entrevê a conhecida idéia de legitimidade que Weber diz ser necessária em todas as formas de dominação social: o subjugado deve reconhecer a autoridade do dominador, ao mesmo tempo em que o dominador deve nutrir com elementos reconhecíveis esta relação.

Simmel foi, com efeito, pioneiro na maneira de assinalar que as relações de dominação são sempre formas de interação social. Isso significa dizer que a dominação se estabelece dentro de uma dinâmica relacional. Ambos, dominador e dominado, devem reconhecer e se interessar pelo outro. Além disso, as ações de cada um terão impacto na conduta do outro.

Esta perspectiva permite, inclusive, revelar a influência oculta do subordinado sobre o mandante. Para Simmel, dentro das condições de liberdade, a autoridade é um fenômeno sociológico que exige a ação intermitente do subordinado sobre o dominador. E ainda que estejamos tratando de condições muito severas de dominação, há sempre uma possibilidade do subordinado exercer influência sobre seu opressor por mais estreita que esta seja. Por isso é que Simmel afirma que *todos os chefes são também chefiados* e que *em muitos casos, o senhor é escravo dos seus escravos*. (SIMMEL, 1983: 111)

Nesse sentido, no entender de Simmel, até nas mais violentas formas de dominação há algum tipo de reciprocidade na qual o subordinado exerce ação sobre o seu opressor. Vale à pena lembrar de um trecho de texto onde Gilberto Freyre define, inspirado em Simmel, a natureza relacional e recíproca da relação entre senhor e escravo.

Sob formas extremas de escravidão, sua condição [do escravo] é, não só legal ou tecnicamente como quase efetivamente antes de coisa que a de pessoa; antes a de massa que a de grupo humano. Entretanto, mesmo entre subordinado e dominador há interação: o senhor absoluto é influenciado pelo escravo, mas sem vontade própria. (FREYRE, 1945: 370)

Para Freyre, houve, de fato, entre escravos e senhores no Brasil um intenso processo de interação e acomodação social e cultural. Do mesmo modo, Freyre verificou que houve influências recíprocas nas relações de dominação entre os patriarcas e suas esposas, entre os meninos brancos e os moleques negros, entre cidade e campo, entre sul e nordeste. Freyre procurou, pois, em toda a sua obra, tecer a trama das influências recíprocas entre indivíduos, gêneros, raças, classes e regiões sociais do Brasil nas malhas forjadas pela dominação social.

Compreender as condições destas relações de dominação era, segundo Freyre, um dos desafios mais cruciais no esforço de compreensão dos fundamentos da sociedade brasileira. Nesse sentido, pode-se dizer com tranquilidade que a perspectiva de Simmel foi fecunda no desenvolvimento da sociologia no Brasil.

Com efeito, ao afirmar a reciprocidade da relação entre dominadores e dominantes, Simmel torna as relações de dominação social objetos privilegiados de análise sociológica. A compreensão da natureza desta relação remete a compreensão das bases da vida social de uma época.

Seguindo esta perspectiva, os fundamentos para a compreensão da época moderna estão também inscritos na natureza das relações de mando e subordinação que lhe são típicas. Nesse sentido, há grande interesse sociológico em revelar como se realiza a reciprocidade entre dominantes e dominados nas instituições paradigmáticas da modernidade, tais como a empresa e o Estado.

As relações de dominação na sociedade moderna

Simmel procura demonstrar que a modernidade exige o desenvolvimento de formas novas de relação e controle social. Para ele, um fenômeno típico da época moderna é o processo de despersonalização do poder. Isso quer dizer que, nas instituições tipicamente modernas - como o Estado e a empresa, por exemplo - as ordens não partem de uma vontade pessoal, mas de uma unidade despersonalizada, idealmente objetivada na forma de estatutos, normas, fluxogramas e organogramas. Nestes casos, as ordens transcendem o dominante, pois o próprio chefe se subordina às leis e regras elaboradas. Com efeito, uma das transformações mais notáveis das formas de ordenação e subordinação da modernidade é que tanto superiores como subordinados servem igualmente a um propósito objetivo. (SIMMEL, 2006: 117)

Observemos que toda a conhecida discussão de Weber acerca da dominação racional-legal é tributária destas idéias de Simmel. Para Simmel, como também para Weber, nas grandes estruturas institucionais modernas há órgãos que canalizam e servem de mediadores para a interação entre os membros que o compõem. A unidade social já não resulta mais das relações diretas entre indivíduos, mas de uma estrutura de cargos, representações, leis, convenções e símbolos da vida do grupo. As relações deixam de ser singulares e passam a ser reguladas por princípios gerais, abstratos e supra-individuais.

Nesse sentido, no mundo moderno, a reciprocidade entre os mandantes e subordinados não se dá no nível pessoal, mas é regulada por uma ossatura administrativa racionalizada. As relações sociais assumem forma contratual e os elementos técnicos e quantitativos predominam sobre os elementos pessoais. Ocorre, pois, objetivação jurídica e econômica da interação humana.

O moderno contrato de trabalho é paradigmático disto na medida em que o trabalhador não é mais submetido como pessoa, mas apenas como um servidor num processo econômico objetivo no qual se acorda a venda de algumas horas de trabalho. Neste processo, o indivíduo que, sob a forma de empresário ou gerente, domina o trabalhador não age a partir da sua perspectiva pessoal, mas também como um servidor que atende aos requisitos necessários para o cumprimento dos objetivos da instituição. Trata-se de algo muito diferente da Idade Média quando as condições de trabalho implicavam uma subordinação absoluta da pessoa do subordinado ao mestre. (SIMMEL, 2006: 117)

Esta impessoalidade, típica de contextos sociais modernos, assume forma notável quando contratos coletivos de trabalho celebrados pelos sindicatos têm validade superior aos contratos individuais. Trata-se de uma situação que revela paradigmaticamente que as relações de trabalho modernas passam a ser intermediadas por um complexo de instituições que as regem independentemente do acordo pessoal entre trabalhador e a empresa.

Simmel, não obstante, chama a atenção para o fato de que alguns tipos de atividade são mais refratários ao processo de objetivação. É o caso dos serviços domésticos. Simmel demonstra que em contextos patriarcais, como era, pois, o caso da Alemanha na época, a casa é compreendida como um valor tão englobante e singular que a empregada é considerada

parte da totalidade doméstica, irreduzível portanto à racionalização. A empregada é englobada como personalidade total. (SIMMEL, 2006: 117)

Para Simmel, uma das manifestações mais pungentes da impessoalidade e da objetividade das relações modernas é que elas são mediadas pelo dinheiro. A experiência da vida social moderna lembra uma enorme trama de produtores e vendedores onde todos vendem ou compram algo. O dinheiro é, portanto, o elemento predominante que relaciona todos os indivíduos. É, não obstante, símbolo da calculabilidade, dissolve a personalidade singular dos homens e ao mesmo tempo os liberta dos vínculos tradicionais de linhagem de parentesco, comunidades, corporações ou religião. Na sociedade moderna a reciprocidade se dá pelo dinheiro.

Uma das dimensões importantes da interação social na vida moderna é que a competição mercantil orienta sistematicamente a ação das pessoas. Ou seja, a vontade, o sentimento e o pensamento sobre o semelhante se dá por meio da competição. Para Simmel, o liberalismo penetrou não apenas na dimensão econômica e política, mas também na dimensão da família, da sociabilidade, da Igreja, da amizade, da estratificação, do intercâmbio social genérico. Tudo foi deixado entregue às forças mutáveis e a um equilíbrio instável cujas configurações dependem de competições contínuas.

As relações de dominação no mundo contemporâneo: algumas especulações e hipóteses

Esta é a pergunta crucial que dá sentido ao esforço empregado na elaboração deste ensaio: as reflexões de Simmel são ainda fecundas para pensar as relações de dominação na sociedade contemporânea?

Segundo nossa hipótese - que tentaremos confirmar nesta parte do texto - as reflexões de Simmel nos permitem compreender as condições das relações sociais entre líderes e subordinados no mundo corporativo atual. Acreditamos, pois, que não houve uma ruptura, mas uma radicalização no tipo de relação objetivada e impessoalizada verificada por Simmel no início do século XX na Alemanha. Por isso usaremos aqui o termo *supermodernidade*. Com este vocábulo, procuramos nomear e caracterizar o que ocorre no período contemporâneo como uma continuidade radicalizada da modernidade e não o seu rompimento.

Não obstante, antes que nós nos debrucemos sobre as relações específicas de dominação nas corporações do período contemporâneo, é necessário compreender em linhas gerais o padrão societário atual sobre o qual se fundamentam. Trata-se de padrão societário caracterizado, sobretudo, pela complexificação da divisão do trabalho social. O aprofundamento da divisão social do trabalho se manifesta da seguinte maneira: não há pessoas que não prestem serviços e produzam produtos para outrem e, em contrapartida, não demandem também produtos e serviços de outros. No atual estágio da divisão do trabalho social, pode-se, com relativa tranquilidade, afirmar que todas as esferas da vida estão sujeitas a uma relação de natureza comercial.

Basta verificar que, entre as classes econômicas mais privilegiadas, inúmeras atividades são agora objeto de comércio. Os exemplos que podemos enumerar são muitos: a criação e a educação dos filhos (que ficam sob a vigilância de profissionais cuidadores ou empresas educacionais), a organização de festas comemorativas (entregues a uma empresa especializada em eventos), a administração de conflitos pessoais (se forem jurídicos são geridos por advogados, e se forem afetivos será tarefa do psicanalista ou do psicoterapeuta), os cuidados com o corpo e a imagem (tarefa compartilhada por clínicas, centros de estética, academias e estilistas), o preparo dos alimentos (comprados prontos ou semi-prontos nos supermercados ou servidos em restaurantes).

Observemos que serviços antes singulares, que ficavam restritos ao plano da subjetividade, são agora convertidos em mercadoria e perdem toda singularidade. A conversão em mercadoria compreende um esvaziamento da particularidade. O serviço ou o bem são traduzidos por um valor quantitativo.

A lógica que regula todas as relações passa a ser mercantil. E ainda que muitas classes sociais não usufruam destes serviços, todos estão de alguma forma aprisionados a esta teia constituída pela divisão do trabalho social que impõe a relação mercantil.

A impessoalidade e a mercantilização são tão aprofundados no mundo contemporâneo que até mesmo as relações com o plano sobrenatural não passam mais pela tradição nem pela suspensão temporária da realidade mundana. Ao contrário, o contato com Deus é submetido também ao cálculo e à objetivação. Com efeito, partimos do pressuposto de que a relação dos homens com o plano sobrenatural tem muito a dizer acerca dos vínculos de socialização estabelecidos entre os homens.

Novos movimentos religiosos estabelecem uma relação proporcional entre o tamanho da graça divina e a doação em dinheiro feita pelo fiel à Igreja. E ainda que não exclusivamente, a graça pedida pelo fiel com frequência compreende a ascensão social. Nesse sentido, celebra-se uma reciprocidade mundana entre Deus e o fiel. Não nos cabe aqui avaliar moralmente este fenômeno, mas analisar qual seu sentido sociológico. Tomamos estas novas religiões como formas reveladoras do sentido das ações sociais no mundo contemporâneo.

Neste sistema de relações, os fiéis e Deus se igualam na medida em que o dinheiro é o mediador objetivo e impessoal entre o plano natural e o plano sobrenatural. Observa-se, portanto, que o tipo de objetivação das ações individuais verificado por Simmel e o ascetismo laico constatado por Weber na conduta dos protestantes históricos assumiu sua forma máxima entre as novas religiões evangélicas. A relação com Deus se define agora como uma relação mercantil. E é também importante lembrar que as novas Igrejas tampouco temem se apresentar como grandes empreendimentos corporativos. Ingressam numa lógica de competição empresarial em busca de fiéis. Isso denota um nível muito elevado de laicização e de racionalização da ação humana.

Nestas condições de socialização, o vínculo entre pais, filhos, esposos; a relação dos indivíduos com o próprio corpo e o alimento e até mesmo a ligação com Deus são agora mediados por grandes corporações. Este fenômeno provoca um elevado grau de institucionalização dos indivíduos. Ou seja, os sujeitos sociais desta sociedade contemporânea convivem simultaneamente com diversas instituições burocratizadas.

Desta maneira, as relações sociais sofrem o aprofundamento da impessoalidade e da objetividade. A complexificação da divisão do trabalho social aprisionou o indivíduo numa vasta rede de empresas que lhe prestam serviços e para as quais trabalham. A sociedade contemporânea é, portanto, uma grande malha social onde a reciprocidade se manifesta de maneira singular: mediada por bens e serviços que são mercadorias, logo possuem valor monetário.

Este novo padrão societário, onde a reciprocidade social se manifesta de maneira objetivada, impõe também um tipo de vínculo particular com a autoridade. Pensamos ser possível considerar que as formas de dominação praticadas nas grandes corporações internacionais, especialmente entre os cargos gerenciais, podem ser tomadas como reveladoras de um novo sentido dado ao mando e a subordinação na sociedade contemporânea.

Possivelmente este novo sentido se expressa por meio do surgimento e da rotinização recente do conhecido termo 'colaboradores da empresa'. A emergência e o emprego desta nova terminologia não podem ser compreendidos como mero modismo tão simplesmente. O termo é carregado de sentido e parece manifestar a compreensão de que há um tipo particular de reciprocidade na relação entre superiores e subordinados nas instituições contemporâneas

mais paradigmáticas. Necessário indagar: qual a natureza da reciprocidade que se esconde ou se revela neste termo ‘colaborador’?

A palavra supõe evidentemente que o empregado é uma espécie de associado da empresa e não apenas um mero produtor de valor que lhe é alienado. Mas como é isso? Qual o capital que o empregado, rigorosamente destituído de capital, vê aumentar?

Com efeito, no processo de racionalização da vida contemporânea emergiu uma nova concepção de indivíduo que representa a si mesmo como um capital que deve ser alvo contínuo de investimento. Nas relações de socialização do mundo contemporâneo o indivíduo é ele mesmo convertido numa unidade de negócios.

Este é, pois, o fundamento da noção de capital humano, uma noção que desde os anos 50 vem sendo forjada no pensamento econômico. O homem não é apenas agente de produção de valor, mas é também uma unidade de investimento. Deste modo, as experiências profissionais são entendidas como possibilidade de valorização do trabalhador no mercado de capital humano. (LOPEZ-RUIZ, 2007)

Esta concepção de capital humano explica em larga medida a vulgarização da noção de empreendedorismo. Nos últimos anos, o empreendedorismo se revelou como um fenômeno de massa e não mais uma característica particular a certos indivíduos. Cada um deve empreender a si mesmo. (LOPEZ-RUIZ, 2007)

No limite, tudo é convertido em investimento: experiências profissionais, intelectuais, sociais e pessoais. Ou seja, não apenas os aspectos da vida profissional, mas também dimensões da vida pessoal são agora compreendidas como possibilidade de capitalização de si. Um exemplo notável disso? Amigos são transformados numa *network* estratégica e decisiva para recolocação no mercado de trabalho ou para as mudanças estratégicas na carreira. As chamadas na publicidade ‘invista em si’ são também expressões deste processo.

Como um capitalista, o indivíduo entende que deve avaliar constantemente a marcha do seu investimento e fazer as mudanças e correções necessárias para valorizar o seu capital humano. Alterações no curso da vida como mudar de emprego, de função, investir em novo treinamento, numa viagem ou numa academia de ginástica são ações humanas calculadas a partir da concepção objetivada da vida e de si.

E se o homem - como empreendedor de si - compreende o seu emprego ou vínculo com alguma empresa como um investimento, o contrário também é verdadeiro: o indivíduo desempregado entende que seu valor no mercado de capital humano está se deteriorando.

Esta parece ser a natureza do vínculo entre a empresa e o empregado nas grandes corporações do mundo contemporâneo, especialmente a partir dos cargos de nível médio. Nesse sentido, o termo ‘colaborador’ propõe um nível de reciprocidade que se fundamenta no seguinte pressuposto: todos são não apenas produtores de valor para empresa, mas a empresa também lhes produz valor. O indivíduo é, a um só tempo, produto e produtor de valor para si e para a organização. Dessa maneira se celebra um alinhamento dos interesses da empresa e do empregado: empregado e empresa, líderes e liderados geram valores reciprocamente. O sucesso de um é o sucesso do outro.

As ações internas de marketing dirigidas aos empregados de uma empresa a fim de aumentar o nível de satisfação e apresentar condições de crescimento profissional e pessoal parecem testemunhar este tipo de vínculo. O *endomarketing* parte do pressuposto de que há uma certa equivalência entre o cliente que se quer conquistar e o empregado da empresa. A empresa deve se apresentar também ao seu empregado como um produto a ser consumido, capaz de lhe trazer algum benefício. O endomarketing é, portanto, de alguma maneira, expressão da reciprocidade objetivada entre empresa e empregado no mundo contemporâneo. Nesta vinculação, parece estar sendo levada ao limite a calculabilidade e a objetivação do agente e da organização.

Conclusão

Concluimos a comunicação afirmando que esta reflexão teórica comprovou ser fecunda para elaboração de hipóteses acerca das relações de dominação entre grandes corporações e seus empregados. Propomos, em particular, o exame empírico de ações e repercussões do endomarketing em grandes corporações. Pretendemos entender mais profundamente como a lógica societária objetivada e mercantil se manifesta nas corporações, tomando-as como ambientes paradigmáticos da época atual. Entendemos que uma pesquisa desta natureza poderá contribuir para o entendimento das condições de dominação entre agentes e instituições em contextos organizacionais muito instáveis.

REFERÊNCIAS

- COHN, Gabriel. (2003) *Crítica e resignação: Max Weber e a teoria social*. São Paulo: Martins Fontes.
- CUVILLIER, Armand. (1953) *Où va la sociologie française?* Paris: Librairie Marcel Rivière et cie.
- LOPEZ, RUIZ. Osvaldo. (2007) *Os executivos transnacionais e o espírito do capitalismo: capital humano e empreendedorismo como valores sociais*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial.
- MEUCCI, Simone. (2006) *Gilberto Freyre e a sociologia no Brasil: da sistematização à constituição do campo científico*. Tese de Doutorado. Programa de Doutorado em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas.
- SIMMEL, George. (1983) *Sociologia*. (Col. Grandes Cientistas Sociais, organizada por Evaristo Moraes Filho). São Paulo: Ática.
- SIMMEL, George. (1986) *Sociologia : estudios sobre las formas de socialización*. Madrid: Alianza Editorial.
- SIMMEL, George. (2006) *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- STECHEER, Heinz. (1995) Georg Simmel: dinheiro, a solidez do efêmero. *Cad. CRH*. Salvador, no 22, p. 185-191, jan-jun.
- VILLAS BÔAS, Glaucia. (2006) *A recepção da sociologia alemã no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks.
- WAIZBORT, Leopoldo. (2007) "Simmel no Brasil". In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 50, no 1.
- WEBER, Max. (1982) *Ensaio de Sociologia* 5a. ed. Rio de Janeiro, ed. Guanabara.